

# Távola responsabiliza Magalhães pela falta de relatório

Da Sucursal de Brasília

Um telefonema do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, pôs fim às negociações entre "progressistas" e "conservadores", que tentavam fechar um acordo para aprovar um texto na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, no final da noite de domingo. Do outro lado da linha, seu filho, deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), de centro-direita (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), ouviu, e avisou ao deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), de esquerda, que negociava pelos "progressistas": "Não há acordo". Motivo: depois de tudo costurado, "progressistas" e "conservadores" não chegavam a um entendimento no capítulo da Comunicação, e então acertaram aprovar um substitutivo de consenso e levar para a votação, como emendas, os temas inegociáveis. Mas as obstruções dos "progressistas" colocavam em risco uma emenda que os "conservadores" queriam ver aprovada: o fim do monopólio estatal das telecomunicações. As informações foram dadas pelo deputado Caó.

"O projeto não saiu pela falta de cultura do ministro, que interferiu

diretamente nos nossos trabalhos", acusou o relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda, da tribuna da Câmara. Távola declarou: "Grande parte das dificuldades da Constituinte têm origem na interferência do presidente José Sarney em favor de interesses menores, pessoais e diminutos, para esticar o seu mandato. Cabe uma responsabilidade a Sarney, que cometeu um erro grave quando invadiu os trabalhos desta Casa". Távola foi longamente aplaudido. A deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), de centro, não parava de chorar e o público, retirado das galerias pelo presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), de centro, conseguiu entrar na tribuna de autoridades para cantar o hino nacional. Quando Távola foi embora, o público o parava no caminho para que autografasse seu relatório.

"Não é a primeira vez que Távola falta com a verdade. Quando fez um relatório contrariando a vontade da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, não cumpriu a decisão da maioria", reagiu o ministro Antônio Carlos Magalhães. No seu relatório, Távola incluiu a criação do Conselho Nacional de Comunicação, rejeitado por um voto na subcomissão. O ministro disse que, no momen-

to em que o relator representar "o consenso da maioria de seus colegas, estará demonstrando cultura, o que não mostra em seus relatórios, que apresentam erros grosseiros que não condizem com sua condição de escritor". E defendeu Sarney: "As acusações do deputado ao presidente contrariam muito as suas visitas a ele quando quis se eleger prefeito do Rio de Janeiro".

Antônio Carlos Magalhães disse que, "como ministro das Comunicações posso e devo colaborar com os colegas". Desmentiu que fosse contra o monopólio estatal para as telecomunicações, e reconheceu que orientou os constituintes "conservadores" durante os trabalhos da comissão: "Tentei colaborar para fazer prevalecer a vontade da maioria, pois estamos assistindo o absurdo das maiorias não fazerem prevalecer seus pontos-de-vista".

O grupo dos "conservadores", com o qual o ministro admite ter colaborado, teve folgada maioria, mas não conseguiu aprovar suas propostas por um erro do deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ), de direita. Seu erro lhe custou a perda da vice-liderança do PFL na Câmara e iniciou a esquerda para os três dias de obstruções nos trabalhos da comissão. Sua intenção era derrotar os relatórios de Távola (original e o

emendado) e passar à votação dos destaques, quando seu grupo pretendia praticamente aprovar um novo relatório. Mas derrubados os dois relatórios, não havia mais um projeto a ser emendado.

Enquanto os "progressistas" obstruíram as votações em plenário, por conta do erro de Arolde, seu grupo, representado pelos deputados Hermes Zanetti (PMDB-RS), de centro-esquerda, Florestan Fernandes (PT-SP), de esquerda, e Carlos Alberto Caó, tentava fechar um acordo com o grupo de negociações dos "conservadores", formado pelos deputados Mendes Ribeiro (PMDB-RS), de centro-esquerda, Eraldo Tinoco (PFL-BA), de direita, e o senador João Calmon (PMDB-ES), de centro. Carlos Alberto Caó disse que, na última reunião, na liderança do PFL, estiveram também o filho de Antônio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães, e o vice-presidente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), mas não houve acordo.

"Fechamos na Ciência e Tecnologia, Família... faltava pouco. Conseguiríamos, na Educação, só que a comunicação era inegociável", disse Távola. A proposta dos "progressistas" era aprovar, como um novo substitutivo, o que fosse consenso, e votar as emendas.



José Genoio, Artur da Távola e Marcondes Gadelha conversam no plenário

## Sistema financeiro

### Relatório aumenta poder do Legislativo

Wilson Melo — 12. Set. 86

O relator José Serra (PMDB-SP) entregou ontem o relatório final dos trabalhos da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Diversas modificações em relação à situação atual estão nesse relatório, entre elas o aumento dos poderes do Legislativo e da autonomia de Estados e municípios, a autonomia do Banco Central, um maior controle sobre a dívida pública e um novo sistema tributário.

A principal modificação é a nova distribuição de poderes na gestão da economia. O sistema atual, montado a partir de 1964, dá ao Executivo praticamente o monopólio da matéria. O Congresso não pode decidir sobre o orçamento, não tem qualquer controle sobre a dívida pública e não participa das decisões. Pelo novo projeto, o Executivo deve montar o orçamento a partir de diretrizes aprovadas pelo Congresso, não vai mais poder emitir fora de limites autorizados, e estará sujeito a mecanismos maiores de controle sobre a gestão econômica.

Um dos resultados da concentração de poderes em mãos do Executivo foi a concentração de recursos, que fez diminuir muito a autonomia de Estados e municípios, hoje bastante dependentes de verbas federais. O projeto atual muda essa situação com a aprovação de uma nova sistemática de tributação, onde os Estados ganham uma base maior de tributação que vai permitir aumentos de receita própria.

No capítulo referente ao sistema



O deputado José Serra

financeiro, as maiores modificações foram na mudança de relações entre Banco Central, Tesouro e Banco do Brasil. Atualmente, o Executivo tem controle quase que total sobre o Banco Central. Em tese, esse órgão deveria cuidar apenas do controle da moeda, mas vem sendo utilizado como instrumento para financiar o que o governo gasta a mais que o arrecadado, sem qualquer espécie de controle. Pelo projeto, ele ganha autonomia para resistir às pressões do Executivo, o que vai tornar mais difícil o aumento de déficits. O novo pacote econômico do governo deve adiantar algumas medidas em direção da autonomia, antecipando-se ao Congresso constituinte.

## Ordem Social

### Relatório restringe usinas no país

Banco de Dados

A Comissão da Ordem Social aprovou a proibição de instalação e funcionamento no Brasil de usinas nucleares para produção de energia elétrica e a fabricação, importação ou transporte, no país, de artefatos bélicos nucleares. O anteprojeto foi concluído às 6h de ontem mas, até às 22h ainda não tinha um texto final com todas as modificações aprovadas. Foi mantida, no entanto, a extensão da seguridade (saúde, previdência e assistência social) para todos os brasileiros, contribuintes ou não.

"É um relatório, sobretudo, humanista", disse o seu autor, Almir Gabriel. "Progressista na área do trabalho e reformador nas relações da sociedade com o seu meio-ambiente e introduz na Constituição o direito coletivo". O senador entende que o artigo sobre a reforma agrária, aprovado na sua Comissão "viabilizou essa meta, já que, na Comissão da Ordem Econômica o texto aprovado é bastante restritivo nesse sentido".

A proposta de reduzir o tempo para aposentadoria de trinta anos no caso das mulheres e de 35 no caso dos homens para, respectivamente, 25 e trinta anos foi rejeitada. "O Brasil tem hoje 25 milhões de trabalhadores contribuintes e 11 milhões de aposentados, diminuindo o tempo para aposentadoria, em breve, teríamos



O relator Almir Gabriel

um contribuinte para cada aposentado", explicou o relator.

Foi mantido o artigo que proíbe a incidência de quaisquer tributos além do Sistema de Seguridade sobre a folha de pagamento das empresas. Com isso, entidades como o Sesi, Senai, o Sesc e o Senac, perdem a sua atual fonte de receita. "Essas entidades favorecem mais o empregador, portanto, podem ser mantidas a partir do lucro das empresas e não da folha de salários", afirmou Gabriel.

Ainda no capítulo do meio ambiente, aprovou-se que a instalação de usinas hidrelétricas e indústrias poluidoras será condicionada à aprovação do Congresso Nacional.

## Soberania

### Projeto não prevê 'representação direta'

Lula Marques — 1º. Abr. 87

O relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, entregou ontem a redação final do seu anteprojeto à Comissão de Sistematização sem o capítulo que previa "a representação direta". Por esse capítulo, que havia sido incluído na versão inicial de seu anteprojeto, "movimentos sociais organizados", como associações de bairro, poderiam participar diretamente nas administrações públicas municipal, estadual e até federal. A supressão do capítulo foi, segundo Bisol, "uma exigência dos conservadores", liderados pelo deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG). Na sua opinião, o instrumento da "representação direta" ainda poderá ser criado por lei ordinária.

Bisol disse à Folha que a proposta de "representação direta" foi de sua iniciativa e não inspirada nos relatórios das subcomissões. Ele afirmou que defende até que os juizes de pequenas causas sejam eleitos pela comunidade. Bisol citou como parte importante do seu relatório o capítulo sobre os "direitos coletivos". Este capítulo diz que "é plena a liberdade de associação, inadmissíveis as de caráter paramilitar".

Também foi aprovado, na Comissão de Soberania, artigo que proíbe o Estado de interferir no funcionamen-



O senador Paulo Bisol (PMDB-RS)

to das associações. Não poderá ser exigida autorização estatal para a fundação destas associações, segundo o relatório.

Para Bisol, somente os constituintes que desejam substituir a atual ordem social e jurídica, "má e injusta", são de fato constituintes.

Ele disse que não aceitará, do trabalho da Comissão de Sistematização, um documento "concessivo que, a pretexto de agradar a todos, agrada apenas as desumanas expectativas dos poucos brasileiros em torno dos quais se concentra a renda nacional".